



## 2020 – o ano que não acaba em 2020...

*Humberto Dantas*<sup>1</sup>

Definitivamente 2020 não passará para a história como um ano normal. Naturalmente que todo ano tem suas singularidades, mas esse foi atípico ao extremo. Ocorrências no campo da política deram mostras significativas de tudo o que temos como desafio pela frente que muito nos ensinam e ensinarão. Alguns aspectos merecem destaque:

- **A Pandemia** – reinaugurou conceitos políticos basilares. A começar para forma de se organizarem as políticas públicas e o funcionamento da máquina pública. Notamos que grandes estruturas burocráticas são, em alguns casos, dispensáveis. E que muito do que fazemos pode ser realizado à distância, de casa e sem uma série de cerimônias. Tornamos o universo mais ágil, mas não sem incorrerem em perdas consideráveis. Quem acelera demais perde a paisagem.

Em poucas semanas a partir da ideia de isolamento social o Congresso Nacional brasileiro tomava decisões oficiais por meio de sistema virtual. Indiscutivelmente respostas rápidas podem ser dadas pelo Legislativo, mas uma casa complexa como o Congresso Nacional simboliza uma série de sistemas e ambientes que se sobrepõem. Perdemos as reuniões das comissões permanentes, reformamos a Constituição sem comissões extraordinárias, anulamos as audiências públicas, assistimos a uma descoordenação na lógica dos líderes partidários. É possível afirmar: se precisava ser rápido o Legislativo foi, mas muito do que se votou e aprovou ainda está sob uma cortina de dúvidas. Literalmente, muitos parlamentares escolheram sem saber o que estavam fazendo. Se isso sempre ocorreu, virtualmente piorou.

- **As eleições** – o ano de 2020 tinha tudo para servir como laboratório praticamente isolado para testarmos o sentido maior do fim das coligações em eleições proporcionais. De novidade apenas a estreia do Fundo Eleitoral no plano municipal, dando sequência à extensão do financiamento público de 2018. Não foi exatamente

assim que as coisas aconteceram. Mudamos até mesmo a data das eleições por conta da pandemia. Findamos tendo o menor período de transição de nossa recente história democrática. Se Collor foi eleito em dezembro de 1989, tomou posse apenas em março. Enquanto isso, em 2020 tivemos mais de 50 cidades com segundo turno que definiram seus prefeitos e vices no dia 29 de novembro. E a posse? Mantida em 1º de janeiro, a despeito da segunda onda do Covid-19, das festas de final de ano etc.

A partir dessas percepções é fundamental que tenhamos em mente que no primeiro semestre desse ano, muito provavelmente, os partidos e grupos políticos locais não se organizaram localmente dentro da ordem esperada, que já estava impactada pelo fim das alianças proporcionais. Assim, o que se viu nas eleições pode não espelhar apenas essa mudança institucional formal, mas também ser resultado de alterações conjunturais. O dinamismo da sociedade é assim mesmo, mas a intensidade da alteração afastou as chances de entendermos o que de fato ocorreu. Em números, apenas em números: tivemos a redução da média de partidos por câmara, a metade dos partidos montando chapas em relação ao total de legendas que participavam desses pleitos em 2016 e a certeza de que essas médias escondem heterogeneidades das mais expressivas. Há quem diga que em 2021 o Congresso Nacional vai se mobilizar para entender o que houve, e se tiver o sentimento de ameaça por parte dos deputados federais, podem mudar a Constituição Federal novamente. Improvável, mas nada mais é digno de dúvida nesse país.

- **Eleições na Câmara e no Senado** – quase o Brasil assistiu a um golpe encabeçado por parte do Supremo Tribunal Federal em alinhamento com segmentos do Congresso Nacional. Não existe nada mais textual que a Constituição de 1988 no que diz respeito à impossibilidade de a Mesa Diretora das casas do Congresso ser

<sup>1</sup> Humberto Dantas – cientista político, doutor pela USP e parceiro da KAS



mantida sob o comando dos mesmos nomes. Quando Michel Temer presidia a Câmara, escolhido em 1997, conseguiu se reeleger em 1999 porque entre seus mandatos ocorreram eleições para deputado federal (1998) e ele conseguiu novo mandato junto aos paulistas. A criatividade do Judiciário e do Legislativo à época entendeu, absurdamente, que isso zerava o jogo. Rodrigo Maia se valeu disso para se reeleger em 2019. Mas já era seu terceiro mandato. O primeiro foi conquistado

após a renúncia de Eduardo Cunha em meados de 2016. Como a Constituição diz que ninguém pode acumular mandatos de DOIS anos seguidos, em 2017 deu-se a Maia o direito de se reeleger pela primeira vez. Assim: eleito para mandato tampão em 2016, reeleito em 2017, e reeleito de novo em 2019, parecia haver o entendimento do STF de que algo permitia um quarto mandato. As teses são frágeis. Passam por autonomia dos poderes, arranjos internos e reeleição do Poder Executivo. Esse terceiro argumento é muito pouco condizente com qualquer equiparação aceitável. Nos demais casos, a Constituição Federal não está aquém da autonomia dos poderes, e se ela carrega

textualmente algo sobre eles, o problema não é externo, ele é constitucional. O resto é criatividade. E foi isso que se levou à votação no STF com placar inicialmente mostrando 3x0 pela reeleição. No final, por conta de um voto fatiado, a reeleição de Davi Alcolumbre no Senado perdeu por 6x5 e a de Maia na Câmara por 7x4. E há quem garanta que isso ocorreu porque a opinião pública pressionou e trouxe um semblante muito negativo para uma interpretação do ininterpretável.

Com base em tal aspecto as eleições para as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado ocorrerão em fevereiro de 2021. Trata-se dos dois mandatários maiores das casas congressuais que estarão no controle até fevereiro de 2023, quando já terão passadas as eleições nacionais e estaduais de 2022. Fundamental entender que na Câmara a esquerda será o pivô decisório entre o candidato apoiado pelo Palácio do Planalto e o nome indicado por um centro que se diz independente. A questão é que nenhum grupo é sólido o suficiente, e o voto é secreto. O Palácio do Planalto aposta em Arthur Lira (PP-AL), mas tem tornado essa preferência tão evidente que isso pode atrapalhar seu jogo. Do lado do hoje presidente Rodrigo Maia a dúvida é entender quem poderia ser o candidato, e tudo indica que essa definição pode ocorrer apenas em janeiro. Já no Senado, Davi Alcolumbre, que se elegeu ancorado em grupo supostamente independente, se tornou governista e próximo de

Renan Calheiros. Isso faz com que sua indicação, em tese, seja considerada pelo Planalto e ele tenda a enfrentar parte do grupo que o elegeu.

- **Um presidente modificado?** Por fim, merece atenção um Bolsonaro que tem severas dificuldades para lidar com a pandemia, mas ainda assim colheu ao longo do ano uma melhora em sua impopularidade. O presidente está menos intenso em alguns de seus comportamentos, e cada dia mais se mostra um governante que busca construir uma lógica bem comum de governabilidade. Bolsonaro tem investido nas eleições do Congresso Nacional por saber que corre riscos políticos em relação à corrupção familiar, impeachment e parte de sua agenda. Um ponto que merece muita atenção: se sua popularidade começar a perder força, qualquer apoio da Mesa Diretora do Congresso poderá derreter, assim como é importante lembrar que no começo de abril de 2022 ele terá que ter se filiado formalmente à legenda pela qual disputará a reeleição. Assim, 2021 é um teste de fogo político que definirá seu destino. Os partidos classificados por muitos como de centro-direita e estruturados, como PSD, Progressistas e DEM se saíram bem nas eleições municipais, e o desafio será compreender quem abrirá espaço para o presidente se filiar e disputar o pleito de 2022. Importante salientar aqui que ao contrário de 2018, quando se elegeu contra tudo e contra todos, agora ele precisará mostrar serviço. Definitivamente 2020 não passará para a história como um ano normal. E suas consequências ainda durarão.

*As opiniões externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Não são necessariamente opiniões da Fundação Konrad Adenauer.*